



PAULO GUSMÃO
Deputado Independente

Património Edificado

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa;
Excelentíssimos Senhores Deputados;
Excelentíssimos Senhores Membros do Governo;

Venho a esta tribuna tecer algumas considerações sobre um tema que está fora das agendas políticas, embora seja um tema quase politicamente correcto: falo-vos de **Património**.

Certamente que o conceito abarca diferentes tipos de realidades, abrangendo o património imóvel, o património móvel, o património natural, que nestas nossas ilhas é tão rico, ou até o património cultural, o qual tem ganho cada vez maior importância no conjunto das realidades donde bebemos identidade e memória.

Hoje o tema que aqui proponho, dado o tempo disponível e a panóplia de questões que as várias facetas do património aqui levantariam, reporta-se tão só ao património no seu sentido mais clássico, ao **património edificado**.

Somos um arquipélago cuja diversidade na paisagem marca o timbre da nossa geografia, cuja variedade peculiar fez-nos ser como somos, marcando o nosso modo de ser e as formas como humanizamos a terra que nos acolheu já lá vão para quase seis séculos. Curiosamente, esta mesma gente que tanto se arreigou à sua ilha e ao seu outeiro é daquelas que mais emigra, mas mesmo distante do torrão natal é dele que reproduz os modelos que utiliza no novo mundo. Longe do seu Largo e da Torre que lhes marcou as trindades, é ao verde da saudade que vão buscar arquitecturas, nomes de ruas, desenhos de cidades, modos de trabalhar a terra ou formas de dar vida aos alimentos.

A ligação dos açorianos à sua terra assenta na sua própria identidade. A nossa paisagem é porventura o primeiro factor determinante desse modo de ser. Mas não o é menos o aspecto deste ou daquele povoamento: a sua forma, a sua dimensão, o seu alinhamento e organização, os seus arruamentos, a arquitectura, os próprios materiais utilizados, ou a envolvimento dos edifícios com a própria paisagem.

Desde logo a arquitectura erudita. Hoje certamente a menos ameaçada. Pela sua imponência e pela sua presença marcante no espaço onde está edificada, serão certamente já raros os casos, entre nós, de completa destruição. Pelo contrário, na Região temos assistido nos últimos anos a muitos melhoramentos e reconstruções de grande porte, promovidas com grande qualidade, quer pela Região, quer por algumas autarquias locais: Igrejas, Teatros, palacetes e solares, tudo obras que bem conhecemos, voltaram a tomar o seu brilho de outrora graças à intervenção pública do Governo Regional e de algumas Câmaras Municipais.

Mas também toda a outra arquitectura que constitui o nosso património. Cada um dos nossos Concelhos, excluindo os maiores, reduzidos à arquitectura erudita, ficaria reduzido a uma meia dúzia de edifícios.

O património abrange todo o resto: a arquitectura popular e aquela de carácter intermédio, tão comum nas nossas Vilas e Cidades. Património não é sinónimo de qualquer tipo de arquitectura superior. Património, etimologicamente, significa tão só herança paterna. O que significa muito: algo que nos foi deixado como testemunho das gerações que nos antecederam, mas que hoje nos pertence por direito adquirido a título gratuito. Faz parte do sentimento comum de cada comunidade com a sua própria terra.

Património significa, por isso, um direito e um dever: direito à fruição e dever de protecção.

Significa isto que venho aqui defender que é ao Governo Regional que caberá agora reconstruir ou promover ou tão-só apoiar a reconstrução de cada unidade de património existente na Região? Obviamente que não. Muito tem sido feito nesta matéria e não é disso que se trata.

A preocupação que venho aqui trazer tem mais a ver com a atitude que temos perante o património: desde logo os cidadãos, enquanto sociedade civil, e claro, aqueles que exercem funções executivas, sejam elas regionais ou até autárquicas.

O reconhecimento do valor simbólico, histórico ou estético de um edifício é fruto da evolução cultural das nossas sociedades. Era prática comum, umas vezes para dar lugar a novas construções, outras para reaproveitamento de materiais, até às primeiras décadas do século XX, a demolição pura e simples dos edifícios cuja utilidade funcional havia desaparecido, ou cuja dignidade era posta em causa pelo seu estado de deterioração, sobretudo no que toca aos espaços sagrados.

Talvez pela abundância de artesãos, canteiros, calceteiros e todo o tipo de artífices e artistas, associada ao baixo custo da mão-de-obra, nem admirará muito que facilmente se quisesse substituir um edifício por outro, normalmente de maior solenidade.

Admira sim que hoje, dado o avanço cultural de que dispomos, aliado à impossibilidade, por escassez de meios humanos e financeiros, de voltar a dar-mo-nos ao luxo de construir como o fizeram muitas gerações antes das nossas, se continue a destruir tantos e tantos marcos da paisagem construída.

Ainda mais quando sabemos que a concorrência que hoje podemos fazer é completamente desleal. No século XIX pôr um edifício ao chão e construí-lo de novo com mais esplendor era possível, mas dava o que fazer. Hoje, na era das betoneiras, tão rápido vai a casa ao chão como, logo a seguir, aí está o caixote pronto-a-servir.

Claro que as cidades não são museus e devemos deixar a marca do nosso tempo com aquilo que é contemporâneo. Agora não é justo nem equilibrado fazê-lo da forma permanente e insistente como o fazemos. Na linguagem dos caçadores, será como caçar sempre de furão: nesse caso não se caçam alguns coelhos - caçam-se todos, pois até da toca o furão os tira.

E, normalmente, o grande rival do nosso património não é sequer a arquitectura contemporânea, feita e pensada de raiz no dias de hoje, mas sim as adaptações que deixam para o futuro apenas a fachada da casa, pura e seca, colada à pressão entre vidros espelhados ou andares coloridos, como se um homem depois de morrer ainda tivesse de deixar o seu esqueleto dependurado para deixar uma recordação aos vindouros.

E que dizer do neo-regional? Quantas vezes não é pior adversário do património o neo-regional à arquitectura contemporânea? Por todas as nossas ilhas, cantarias de pedra são forradas de veludoso cimento, donde logo floresce a tão dita regional pedra serrada, em forma de tábua espalmada, normalmente só pela banda de fora, para que não haja dúvidas que aquela é mesmo da lisa. E, assim, é a casa logo dita toda regional. Talvez no mesmo sentido em que uma refeição a pratos de plástico é digna de receber o pronto elogio: aqui é tudo à regional.

E se nos centros históricos a palavra de ordem é a necessidade de misturar o novo com o velho, por que não é o mesmo raciocínio utilizado nas novas zonas de expansão das nossas cidades? Alguém se lembra de deixar uma pitoresca fonte de canada, um elegante torreão de uma quinta antiga, ou um pequeno largo empedrado, entre as novas torres que circundam as cidades? Aí nem se põe a dúvida. É tudo ao chão. Aqui é novo, é tudo novo! Então, mesmo aí, o património que é destruído não daria outra identidade, outra cor, e por que não dizê-lo, outra alma a esses novos lugares que, amontoando-se a si próprios, surgem quase sem darmos por isso?

Falamos muito em património, mas a verdade é que continuamos a assistir à destruição de tantas casas de traça, umas mais ricas em lavoura, outras mais envolvidas na nossa ruralidade; compactuamos com o constante surgimento de edifícios de dimensão extravagante nos centros das nossas vilas e freguesias, já que no interior dos centros históricos das cidades açoreanas parece o processo estar mais calmo; nada fazemos perante a simples delapidação de calçadas, essas sim marcantes de uma época porque saídas do esforço e da arte do homem, trocadas impunemente por vias de alcatrão nas zonas antigas dos povoados, como se as ruas de moradores tivessem de concorrer no piso com as vias rápidas...

Não se trata de uma crítica a ninguém: é uma reflexão sobre nós próprios e a forma como na prática protegemos ou não o nosso património. Nesta matéria, há bom e mau por todo o lado, honra seja feita, com uma excepção, na velha capital dos Açores, Angra que, graças ao Dr. Jorge Forjaz e às várias administrações municipais desde então, tem sabido cultivar o seu aspecto estético como um conjunto onde o património significa brilho, cor e vida, bem longe das profecias de que proteger é transformar em museu. Angra é bela porque se mantém sempre jovem no aspecto e no ser, sempre igual a si própria, sem máscaras nem plásticas.

Mesmo que as térmitas a tenham cobiçado, pior moosa não farão do que a pior das térmitas – a moda do alumínio. Enquanto duzentas térmitas se entretêm com um barrote de falsa durante dez ou vinte anos, já milhares de casas nos Açores passaram a ter a elegante porta de madeira substituída por uma imitação quase chinesa, no precioso alumínio, também ele já quase regional.

Senhor Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Um polémico entendimento de progresso e de desenvolvimento tem sido o grande responsável, mesmo nos nossos dias, por tantos danos no património, sempre sujeito à precipitada exigência de espaços e da troca fácil do belo pelo prático. E, claro, nessa batalha, ganha sempre o imediatismo. Se é verdade que tem crescido a consciencialização das populações quanto à necessidade de preservação do seu património, na hora do veredicto continuam a ganhar os interesses desenfreados dos mercados

A grande mudança é de mentalidade, sobretudo de quem faz a gestão da coisa pública no concreto e no terreno. Proteger o nosso património é acima de tudo uma questão de **atitude**, de estarmos atentos, de estarmos despertos para valorizar aquilo que nos legaram as gerações passadas.

Claro que muitas medidas podem e devem ser tomadas, mas mais eficaz do que qualquer uma delas é a nossa atitude enquanto comunidade, na defesa da enorme riqueza arquitetónica que povoa as nossas nove ilhas dos Açores, daí ter tomado a liberdade de trazer a esta tribuna, a esta Assembleia, enquanto casa comum dos açoreanos, este pequeno rascunho que mais não é do que um apelo.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 18 de Setembro de 2007

Paulo Domingos de Gusmão